



TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL

SIMULADO ESPECIAL

TCDF

**ANALISTA ADMINISTRATIVO
DE CONTROLE EXTERNO**

ÁREA DE GESTÃO

SERVIÇOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCDF**, cargo de **Analista Administrativo de Controle Externo - Área de Gestão - Serviços Técnico-Administrativos**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/i5oxzuxHV1g8r48Y7>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE	121 - CE	136 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE	122 - CE	137 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE	123 - CE	138 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE	124 - CE	139 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE	125 - CE	140 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE	126 - CE	141 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE	127 - CE	142 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE	128 - CE	143 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE	129 - CE	144 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE	130 - CE	145 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE	131 - CE	146 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE	132 - CE	147 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE	133 - CE	148 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE	134 - CE	149 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE	135 - CE	150 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4wYf6bE>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

Haja fígado para o perigoso mercado dos suplementos

A Anvisa, órgão responsável por regulamentar e controlar a qualidade de produtos que afetam a saúde humana, liberou em março de 2026 um texto alertando contra o uso excessivo de medicamentos e suplementos contendo cúrcuma, também conhecida como açafrão-da-terra. O alerta é resultado de investigações internacionais que identificaram casos graves (embora raros) de danos ao fígado associados ao uso desses produtos.

A cúrcuma é um gênero de mais de 100 espécies de plantas cujas raízes são comumente usadas como tempero. Suas propriedades dão cor e sabor aos pratos e a tornam muito popular, sobretudo na culinária oriental. Além disso, a quantidade da molécula mais ativa na planta, a curcumina, não passa de 2% nas raízes e de 10% no tempero em pó comercial. Adicionada em pequenas quantidades na comida, é praticamente impossível ingerir quantidades perigosas da especiaria na alimentação.

As doses tóxicas podem ser atingidas somente na forma concentrada, vendida em suplementos e medicamentos fitoterápicos – derivados de plantas que possuem efeito comprovado para alguma doença (no caso da cúrcuma, a artrite) e que também contêm adjuvantes que podem aumentar a absorção da curcumina.

Mesmo que se repita muito por aí (incorretamente) que produtos naturais não têm efeitos colaterais, não é nada surpreendente que um extrato de plantas seja tóxico para os humanos. A vasta maioria das plantas na Terra não é comestível, apresentando graus variados de toxicidade.

Assim como cúrcuma demais pode lesar seu fígado, cafeína demais pode levar à parada cardíaca, a carambola é tóxica para pessoas com lesões renais, e a ingestão excessiva de lichias pode alterar o metabolismo de açúcar e lipídios (o que causa um número preocupante de

mortes em crianças asiáticas). O fato de um produto ou insumo ser natural ou derivado de uma planta não remove qualquer molécula da realidade de que tudo possui uma quantidade tóxica.

Fonte: Nexo Jornal. Adaptado.

1. No último parágrafo do texto, predomina a tipologia informativa
2. De acordo com o texto, o consumo da cúrcuma como tempero pode ser perigoso para a saúde humana.
3. A partir das ideias veiculadas no texto, é correto inferir que todo produto natural pode ser tóxico aos seres humanos.
4. Os casos de danos ao fígado relacionados ao consumo de produtos contendo cúrcuma são graves, mas não são frequentes.
5. No início do quarto parágrafo, a expressão “mesmo que” poderia ser substituída por “Apesar de” sem prejuízo à correção gramatical ou aos sentidos do trecho.
6. A expressão “desses produtos” (último período do primeiro parágrafo) retoma o segmento “produtos que afetam a saúde humana” (primeiro período).
7. No último período do segundo parágrafo, a oração “ingerir quantidades perigosas da especiaria na alimentação” funciona como sujeito no período.
8. As vírgulas empregadas no segmento “molécula mais ativa na planta, a curcumina, não passa de 2%” (terceiro período do segundo parágrafo) separam termos de uma enumeração.

9. Estariam mantidas as relações sintático-semânticas estabelecidas no primeiro período do quarto parágrafo, bem como as ideias originais, caso se deslocasse a expressão “para os humanos” para imediatamente depois de “surpreendente”.

10. É facultativo o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “a” em “aumentar a absorção” (terceiro parágrafo).

11. No primeiro período segundo parágrafo do texto, o vocábulo “comumente” veicula o mesmo sentido de “habitualmente”.

12. No fragmento "Mesmo que se repita muito por aí (incorretamente) que produtos naturais não têm efeitos colaterais " (início do quarto parágrafo), a partícula "se", empregada na primeira oração, indica que esta está na voz passiva.

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Bet

13. Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), a bandeira, o hino e o brasão constituem os símbolos oficiais do DF, sendo vedada a criação de novos símbolos por norma infraconstitucional local.

14. Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor público estável do Distrito Federal, este deverá ser reintegrado ao cargo, enquanto o eventual ocupante da vaga, caso seja estável, será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização integral pelo tempo de afastamento.

15. A receita pública do Distrito Federal compreende, dentre outras fontes expressamente previstas na Lei Orgânica, os tributos, as multas, o produto de

alienação de bens e os valores provenientes de doações e legados, com ou sem encargos.

16. Ainda que se encontre em situação de disponibilidade, é vedado ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal exercer qualquer outra função pública, ressalvada uma de magistério, sob pena de perda do cargo.

17. Para a nomeação como Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, exige-se que o cidadão possua mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, além de idoneidade moral, reputação ilibada e mais de dez anos de atividade profissional na área de conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública.

CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL E POLÍTICA PARA MULHERES

Leandro Signori

De acordo com os dados trazidos pela mais recente edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), julgue os itens a seguir em certo (C) ou errado (E) a respeito da violência e da segurança pública no Distrito Federal (DF).

18. As mortes violentas intencionais (MVIs) voltaram a crescer pela primeira vez em mais de uma década, no entanto o DF permaneceu entre as unidades da Federação com as menores taxas de violência letal do país.

19. O Anuário destaca que o DF registrou redução em todos os nove indicadores de violência contra as mulheres analisados, com destaque para a queda expressiva da taxa de importunação sexual, a menor do Brasil.

Com base em estudos recentes sobre a população e a dinâmica migratória do Distrito Federal (DF), julgue os itens a seguir em certo (C) ou errado (E).

20. Pesquisa demográfica recente aponta que qualidade de vida e melhor custo-benefício têm motivado moradores do Distrito Federal a migrar para municípios goianos vizinhos, contribuindo para o saldo migratório negativo e para a consolidação do Entorno como alternativa de moradia.

21. O Distrito Federal apresenta redução do ritmo de envelhecimento de sua população, diminuindo a necessidade de adaptação das políticas públicas às demandas da população idosa.

22. A queda acentuada da taxa de fecundidade, tem ocasionado o aumento da presença de crianças e adolescentes, sobretudo nas regiões administrativas com maior renda.

NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

Jonathan Roitman

23. Sobre casos de convulsão, analise a assertiva a seguir:

A atuação de primeiros socorros deve concentrar-se na proteção da vítima contra traumatismos, afastando objetos que possam causar lesões e, quando possível, protegendo sua cabeça, sem tentar conter à força os movimentos convulsivos. Também não se deve introduzir objetos ou os dedos na boca da vítima durante a crise. Após o término dos movimentos, deve-se observar seu estado e buscar auxílio especializado, especialmente quando houver circunstâncias que indiquem maior gravidade.

24. Em relação ao atendimento a vítimas de queimadura, avalie a questão a seguir:

Durante o atendimento inicial de uma pessoa que sofreu uma queimadura, o socorrista deve priorizar o resfriamento da área atingida com água corrente em temperatura ambiente, quando possível, e proteger posteriormente o local, evitando a aplicação de substâncias caseiras sobre a queimadura. Caso tenham se formado bolhas, estas devem ser rompidas cuidadosamente pelo socorrista para facilitar a limpeza da região e acelerar a recuperação do tecido lesionado.

25. Ao se deparar com uma vítima consciente apresentando sinais de engasgo e dificuldade para respirar, o socorrista deve incentivá-la a tossir enquanto a tosse for eficaz, evitando oferecer água ou introduzir os dedos na boca da vítima na tentativa de retirar aquilo que provocou a obstrução. Caso não tenha sucesso, a prioridade passa a ser mantê-la sentada e aguardar a chegada do socorro especializado, uma vez que a realização de manobras físicas pode agravar a obstrução.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

Considerando os símbolos lógicos usuais e as letras maiúsculas como representativas de proposições lógicas simples, julgue o item a seguir.

26. Sendo P a proposição "O empenho da despesa será registrado", Q a proposição "Há prévia autorização do ordenador de despesas" e R a proposição "Há disponibilidade orçamentária", a sentença "O empenho da despesa será registrado somente se houver prévia autorização do ordenador de despesas e disponibilidade orçamentária" pode ser corretamente representada pela expressão $(Q \wedge R) \rightarrow P$.

No curso de determinada fiscalização, considere que sejam verdadeiras as duas proposições a seguir.
I: Se houve sobrepreço na obra, então o achado foi comunicado ao órgão de origem e o responsável foi notificado.

II: O responsável não foi notificado ou a justificativa foi encaminhada.

Com base nessas informações, julgue o item a seguir.

27. Sabendo-se que a justificativa não foi encaminhada, conclui-se que não houve sobrepreço na obra.

Considere a seguinte proposição, constante de norma interna de determinado órgão.

P: "Se o servidor apresentar o relatório de viagem e comprovar o embarque, então a diária será mantida."

A respeito dessa proposição e de aspectos atinentes à lógica sentencial, julgue o item a seguir.

28. A proposição P é logicamente equivalente à proposição "Se a diária não for mantida, então o servidor não apresentou o relatório de viagem ou não comprovou o embarque".

Em uma auditoria operacional, foram consideradas verdadeiras as seguintes informações a respeito dos contratos de determinado órgão.

- Todo contrato com aditivo de valor superior a 25% foi submetido à análise jurídica.
- Alguns contratos submetidos à análise jurídica apresentaram falha de instrução processual.

Com base nessas informações, julgue o item a seguir.

29. Conclui-se que pelo menos um contrato com aditivo de valor superior a 25% apresentou falha de instrução processual.

Uma unidade técnica de controle externo conta com 8 auditores, entre os quais se inclui o auditor Marcos, e com 6 técnicos administrativos. Para determinada fiscalização, será constituída uma equipe formada por 3 auditores e 2 técnicos

administrativos, todos com a mesma atribuição, exigindo-se que o auditor Marcos integre a equipe.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

30. A quantidade de equipes distintas que podem ser constituídas é superior a 500.

Em determinado exercício, um tribunal de contas fiscalizou 600 obras públicas. Verificou-se que 310 dessas obras apresentaram atraso no cronograma físico, que 240 apresentaram indício de sobrepreço e que 90 apresentaram as duas ocorrências.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

31. A quantidade de obras que não apresentaram nenhuma das duas ocorrências é superior a 120.

O valor empenhado por determinado órgão em certa ação orçamentária sofreu, em três exercícios consecutivos, as seguintes variações, sempre em relação ao valor do exercício imediatamente anterior: aumento de 25% no primeiro exercício, redução de 20% no segundo e aumento de 10% no terceiro.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

32. Ao final dos três exercícios, o valor empenhado na referida ação será 15% superior ao valor empenhado no exercício anterior ao da primeira variação.

Um débito de R\$ 24.000,00 inscrito em dívida ativa foi quitado com 75 dias de atraso. Sobre o valor do débito incidiram juros de mora, no regime de capitalização simples, à taxa de 2% ao mês, considerado o mês comercial de 30 dias.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

33. O valor total pago pelo devedor foi superior a R\$ 25.000,00.

Uma instituição financeira ofereceu a determinado órgão público uma aplicação que remunera à taxa nominal de 24% ao ano, com capitalização trimestral.

Com base nessa situação hipotética e considerando 1,26 como valor aproximado de $1,06^4$, julgue o item a seguir.

- 34.** A taxa efetiva anual dessa aplicação é inferior a 25%.

Na avaliação de um projeto de modernização tecnológica, estimou-se um investimento inicial de R\$ 520.000,00 e entradas líquidas de caixa de R\$ 200.000,00 ao final de cada um dos três anos subsequentes. A taxa mínima de atratividade adotada foi de 10% ao ano. Com base nessa situação hipotética e considerando 0,91, 0,83 e 0,75 como valores aproximados de $1,1^{-1}$, $1,1^{-2}$ e $1,1^{-3}$, respectivamente, julgue o item a seguir.

- 35.** O valor presente líquido do projeto é negativo, razão pela qual o projeto não é economicamente viável à taxa mínima de atratividade adotada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEI ORGÂNICA DO TCDF E REGIMENTO INTERNO

Herbert Almeida

Julgue os itens a seguir, a respeito da organização e do funcionamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com base na Lei Orgânica (LC nº 1/1994) e no Regimento Interno (Resolução nº 296/2016) do TCDF.

- 36.** Compete ao TCDF apreciar as contas que o Governador do Distrito Federal deve prestar anualmente, mediante parecer prévio, a ser elaborado no prazo de noventa dias a contar de seu recebimento.

- 37.** Os conselheiros e os conselheiros-substitutos convocados elegem o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor, o Ouvidor, o Regente da Escola de Contas Públicas, o Conselheiro de Relações Institucionais e o Conselheiro-Presidente da Comissão de Regimento e de Jurisprudência, para mandato de dois anos.

- 38.** A jurisdição do TCDF alcança os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Distrito Federal, ainda que os respectivos servidores estejam sujeitos ao regime celetista.

- 39.** Compete ao Plenário do TCDF criar comissões permanentes ou temporárias, sendo permanente a Comissão de Regimento e de Jurisprudência.

- 40.** É vedado ao Conselheiro do TCDF exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, ainda que em associação de classe e sem remuneração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

- 41.** Embora dependam de integração legislativa para a produção plena de seus efeitos, as normas constitucionais de eficácia limitada possuem eficácia jurídica imediata, pois vinculam o legislador e impedem a edição de atos normativos incompatíveis com seus preceitos.

- 42.** As associações somente podem ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado, enquanto sua dissolução compulsória pode ser determinada por decisão judicial ainda passível de recurso.

- 43.** O Distrito Federal, vedada sua divisão em municípios, rege-se por lei orgânica aprovada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias e pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Legislativa, que também é responsável por promulgá-la.
- 44.** O servidor público titular de cargo efetivo adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício, desde que aprovado em avaliação especial de desempenho, e poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa.
- 45.** O presidente da República pode, mediante decreto autônomo, criar ou extinguir órgãos públicos, desde que não haja aumento de despesa.
- 46.** Compete ao Tribunal de Contas sustar diretamente a execução de contrato administrativo no qual tenha constatado ilegalidade.
- 47.** As comissões parlamentares de inquérito podem determinar a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados, desde que a decisão seja fundamentada.
- 48.** O Conselho Nacional de Justiça pode desconstituir decisões jurisdicionais manifestamente ilegais proferidas por órgãos do Poder Judiciário.
- 49.** O Ministério Público possui autonomia funcional e administrativa e pode elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- 50.** Durante o serviço militar obrigatório, o conscrito pode alistar-se como eleitor, mas é inelegível para qualquer cargo político.

51. A proposta de emenda à Constituição pode ser apresentada por mais da metade das assembleias legislativas, desde que cada uma se manifeste pela maioria relativa de seus membros.

52. O nascido no exterior, filho de brasileiro que não esteja a serviço do Brasil, somente será brasileiro nato se residir no país e optar pela nacionalidade após a maioridade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

53. Joana exerce cargo público efetivo em determinado estado da Federação e está regularmente vinculada ao respectivo RPPS. Além disso, nas noites e nos finais de semana, presta serviços remunerados por conta própria como tradutora, sem qualquer relação com suas atribuições no serviço público. Nessa situação, embora já esteja vinculada ao RPPS em razão do cargo efetivo, Joana será também segurada obrigatória do RGPS, na qualidade de contribuinte individual, em decorrência da atividade privada remunerada.

54. Carlos trabalhou como empregado durante onze anos ininterruptos, período no qual verteu 132 contribuições mensais ao RGPS sem perda da qualidade de segurado. Após ser dispensado, permaneceu desempregado e comprovou essa situação pelos meios admitidos pela legislação previdenciária. Trinta meses depois da cessação das contribuições, sofreu doença incapacitante que, em regra, exige carência.

Nessa situação, Carlos ainda mantém a qualidade de segurado e, caso já possua a carência necessária, poderá fazer jus ao benefício por incapacidade, desde que satisfeitos os demais requisitos legais

55. Pedro, empregado de uma empresa privada, recebe mensalmente salário de R\$ 8.000 e, eventualmente, valores pagos a título de participação nos lucros ou resultados, em conformidade com a legislação específica. O setor de recursos humanos informou-lhe que tanto o salário quanto a participação nos lucros integram o salário de contribuição, pois ambos representam acréscimos patrimoniais decorrentes da relação de trabalho. Nessa situação, a orientação fornecida pela empresa está correta.

56. Mariana, segurada do RGPS, sofreu grave acidente durante uma viagem de lazer quando contava apenas cinco contribuições mensais. O acidente provocou incapacidade total e temporária para sua atividade habitual. Nessa situação, a insuficiência do número de contribuições impede a concessão do auxílio por incapacidade temporária, pois esse benefício exige, em qualquer hipótese, carência mínima de doze contribuições mensais.

57. Ana é segurada empregada do RGPS e possui também plano de previdência complementar aberta contratado voluntariamente junto a instituição financeira. Após cumprir os requisitos necessários, requereu sua aposentadoria pelo RGPS. O pedido foi indeferido sob o fundamento de que a existência de previdência complementar privada, por ter caráter obrigatório, substitui a cobertura do regime geral quanto ao benefício de aposentadoria. Nessa situação, o indeferimento é juridicamente correto, pois o regime de previdência privada possui caráter substitutivo e deve ser organizado de forma autônoma em relação ao RGPS.

58. Roberto era segurado empregado quando sofreu acidente que lhe deixou seqüela definitiva, reduzindo sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. Após recuperação, retornou à mesma empresa e passou novamente a receber seu salário integral. O INSS negou-lhe

auxílio-acidente sob o fundamento de que o benefício somente seria devido se a seqüela impedisse totalmente o retorno à atividade remunerada. Nessa situação, o fundamento utilizado pelo INSS está incorreto.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

59. Ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece, e a lei em vigor tem efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, considerando-se adquiridos apenas os direitos que o titular já tenha efetivamente exercido antes do advento da lei nova.

60. Determinada fundação privada, instituída e em funcionamento no Distrito Federal, pretende reformar o seu estatuto. Nessa situação, a alteração deverá ser deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação, não poderá contrariar ou desvirtuar o fim desta e dependerá de aprovação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no prazo máximo de quarenta e cinco dias, findo o qual, ou no caso de denegação, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

61. Helena, advogada, exerce a profissão em escritórios situados em duas cidades distintas e vive alternadamente em três residências. Túlio, seu irmão, é marítimo e não tem residência habitual. Nessa situação, considerar-se-á domicílio de Helena qualquer das residências em que alternadamente viva, e cada um dos escritórios constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem, ao passo que Túlio, por ter domicílio necessário, terá por domicílio o lugar onde for encontrado.

62. Não perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem, ao passo que readquirem a qualidade de móveis os materiais provenientes da demolição de algum prédio. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade ou das circunstâncias do caso, e não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

63. Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado. Nessa hipótese, tendo ambas as partes procedido com dolo, aquela que houver suportado o prejuízo mais expressivo poderá pleitear a anulação do negócio e a correspondente indenização.

64. Não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar, nem pendendo condição suspensiva. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, a prescrição não correrá antes da respectiva sentença definitiva. Tratando-se de decadência convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

65. Determinado Município instituiu contribuição de melhoria em decorrência de obra pública que provocou valorização de imóveis situados em determinada região. A lei municipal estabeleceu que a arrecadação total da contribuição poderia superar o custo da obra, desde que nenhum

proprietário fosse individualmente obrigado a pagar quantia superior à valorização experimentada por seu imóvel. Nessa situação, a disciplina municipal é compatível com o Código Tributário Nacional

66. Após a EC 132/2023, o Sistema Tributário Nacional passou a prever expressamente que devem ser observados os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente, além de estabelecer que as alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos

67. Analise o item a seguir, considerando a Constituição Federal e a jurisprudência: as entidades religiosas podem se caracterizar como instituições de assistência social a fim de se beneficiarem da imunidade tributária da Constituição, abrangendo os impostos sobre o seu patrimônio, renda e serviços, não alcançando, porém, os impostos sobre a importação de bens a serem utilizados na consecução de seus objetivos estatutários

68. Segundo o Código Tributário Nacional, a denominação atribuída pela lei a determinada exação é elemento decisivo para a definição de sua natureza jurídica específica, razão pela qual tributos denominados “taxa” devem ser juridicamente classificados dessa forma, ainda que o respectivo fato gerador seja próprio de imposto

69. A Constituição Federal reserva à lei complementar, em matéria tributária, a competência para dispor sobre conflitos de competência entre os entes federativos, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e estabelecer normas gerais sobre matérias como obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários

70. O produto da arrecadação de imposto que venha a ser instituído pela União no exercício de sua competência residual é integralmente federal, não havendo previsão constitucional de repartição dessa receita com os Estados e o Distrito Federal

ANÁLISE DE DADOS, ESTATÍSTICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Emannuelle Gouveia

71. Dados estruturados são aqueles organizados em um formato previamente definido, geralmente armazenados em tabelas com linhas e colunas, enquanto dados não estruturados não seguem um modelo rígido de organização e podem incluir conteúdos como textos livres, imagens, vídeos e áudios.

72. Dados quantitativos representam informações expressas em valores numéricos que podem ser mensuradas ou contadas, enquanto dados qualitativos correspondem a características ou categorias utilizadas para descrever atributos de determinado conjunto de informações.

73. O gráfico de dispersão é utilizado principalmente para representar a participação percentual de cada categoria em relação ao total de um conjunto de dados, sendo a melhor opção para demonstrar proporções em uma análise comparativa.

74. A utilização de cores, títulos e escalas em gráficos deve ser feita sem considerar o objetivo da análise ou o público destinatário, pois a padronização visual é suficiente para garantir a correta interpretação das informações apresentadas.

75. Na engenharia de prompts, a definição de contexto, persona, exemplos e estrutura de saída contribui para orientar modelos de inteligência artificial, porém o encadeamento de prompts

consiste em executar sempre uma única instrução completa, sem dividir tarefas complexas em etapas menores.

76. Vieses cognitivos são padrões sistemáticos de julgamento que podem influenciar a interpretação de informações e a tomada de decisões, levando indivíduos a priorizar determinadas percepções ou conclusões em detrimento de uma análise totalmente racional.

77. O uso ético de dados e inteligência artificial exige que organizações priorizem apenas a eficiência dos algoritmos, sendo desnecessária a adoção de medidas relacionadas à transparência, proteção da privacidade, explicabilidade e avaliação de possíveis impactos sociais.

78. O Power Query do Microsoft Excel Avançado é utilizado exclusivamente para criação de gráficos e dashboards, não permitindo realizar operações de extração, transformação, limpeza ou combinação de dados provenientes de diferentes fontes.

79. O Microsoft Excel 365 disponibiliza recursos voltados à análise de dados, como Tabelas Dinâmicas, funções avançadas, gráficos e ferramentas de organização, permitindo transformar dados brutos em informações úteis para tomada de decisão.

80. Tabelas Dinâmicas do Microsoft Excel permitem resumir e analisar grandes conjuntos de dados relacionais por meio da agregação de informações, organização de campos, aplicação de filtros e criação de diferentes visões analíticas sem alterar a base de origem.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

A respeito da organização administrativa e do processo administrativo distritais, julgue os itens abaixo.

81. Situação hipotética: A administração pública distrital identificou, cinco anos e dois meses após a percepção do primeiro pagamento, que determinado adicional vinha sendo pago a servidor com base em ato administrativo ilegal, não se tendo comprovado má-fé do beneficiário.

Assertiva: Nessa situação, considerando-se as regras da Lei do Processo Administrativo, operou-se a decadência do direito de a administração anular o ato, pois o prazo de cinco anos contar-se-ia da percepção do primeiro pagamento

82. Se as normas internas de determinado órgão não previrem competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico que possa decidir.

83. Nos termos da legislação de regência das agências reguladoras federais, os membros do conselho diretor ou da diretoria colegiada são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, e perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado, de pena demissória decorrente de processo administrativo disciplinar ou de perda da confiança da autoridade que os nomeou

A respeito dos atos de improbidade administrativa e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens abaixo.

84. Situação hipotética: Um particular sofreu danos decorrentes de conduta de agente público do Distrito Federal, praticada no exercício da função.

Assertiva: Nessa situação, o particular poderá ajuizar a ação de indenização contra o agente

público causador do dano em litisconsórcio passivo com o Distrito Federal, cabendo ao juízo apurar, na mesma demanda, o dolo ou a culpa do agente

85. Segundo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, a perda da função pública por ato de improbidade administrativa atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente detinha com o poder público na época do cometimento da infração, podendo, excepcionalmente, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.

86. Situação hipotética: Foi ajuizada ação de improbidade administrativa imputando a agente pública conduta que, embora não descrita em nenhum dos incisos do art. 11 da Lei nº 8.429/1992, teria violado princípios da administração pública.

Assertiva: Nessa situação, a pretensão não pode prosperar, pois considera-se taxativo o rol de condutas caracterizadoras de improbidade por atentado aos princípios da administração pública

A respeito das contratações públicas, julgue os itens abaixo.

87. Situação hipotética: Em licitação regida pela Lei nº 14.133/2021, o edital previu, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, que a fase de habilitação anteceder-se-ia às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. **Assertiva:** Nessa situação, a previsão editalícia é ilegal, pois a referida lei impõe que a habilitação suceda o julgamento das propostas, assim como ocorre nas licitações das empresas estatais

88. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima de dez anos, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração

89. A repactuação de preços previstos no instrumento do contrato demanda celebração de termo aditivo, em respeito ao princípio do formalismo contratual

90. Considere que determinada autarquia distrital pretenda designar, para a função de agente de contratação, servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão, por não dispor, em seus quadros permanentes, de servidor efetivo com a qualificação necessária ao exercício das funções. Nessa situação, à luz do disposto no Decreto 44.330/2023, a designação é inviável, visto que os agentes de contratação, os seus substitutos e o presidente da comissão de contratação sejam designados exclusivamente dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, sem ressalva

91. Na hipótese em que o agente de contratação for substituído por comissão de contratação, em licitação que envolva a contratação de bens ou serviços especiais, os seus membros responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, excetuado o membro que houver expressado posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão

92. A pesquisa de preços deve ser composta de, no mínimo, 3 valores válidos

A respeito da prestação de serviços públicos, julgue os itens abaixo.

93. Situação hipotética: O poder concedente decidiu retomar, antes do advento do termo contratual, serviço público concedido, por razões de interesse público, sem que houvesse inadimplemento relevante por parte da concessionária. **Assertiva:** Nessa situação, configura-se a encampação, que depende de lei autorizativa específica e de prévio pagamento da indenização

94. Havendo a celebração de concessão de serviço público em favor de consórcio de empresas, a empresa líder responderá perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, respondendo as demais consorciadas solidariamente pelos atos praticados em consórcio.

A respeito do acesso à informação e aos dados pessoais, julgue os itens abaixo.

95. Situação hipotética: Órgão público recebeu pedido de acesso a documento classificado no grau ultrassecreto. **Assertiva:** Nessa situação, o prazo máximo de restrição de acesso é de 25 anos, contado da data de produção da informação, admitida uma prorrogação por igual período

96. No exercício do poder de polícia, a ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados) pode aplicar sanções em decorrência de infrações à LGPD (Lei 13.709/2018), incluindo multa simples de até 2% do faturamento, limitada a R\$ 50.000.000,00 por infração.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Gabriela Zavadinack*

Acerca do orçamento público, de seu conceito, de suas técnicas e princípios, e do ciclo orçamentário, julgue os itens que se seguem.

97. A Constituição Federal veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas, entre outras hipóteses, a destinação para atividades de administração tributária, bem como para prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

98. Caso a lei orçamentária anual não seja sancionada até o início do exercício financeiro a que se refere, a execução das despesas públicas permanecerá necessariamente paralisada até a sua publicação, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro não contempla mecanismo que autorize a execução parcial da proposta orçamentária ainda em tramitação no Poder Legislativo.

Com relação ao orçamento público no Brasil, ao plano plurianual e aos créditos ordinários e adicionais, julgue os itens subsequentes.

99. No âmbito do Distrito Federal, o plano plurianual, elaborado no primeiro ano do mandato do Governador e encaminhado à Câmara Legislativa, vigora a partir do segundo ano desse mandato até o final do primeiro ano do mandato subsequente, em conformidade com a Lei Orgânica do Distrito Federal, que reproduz, por simetria, a sistemática estabelecida pela Constituição Federal para o plano plurianual da União.

100. Os créditos extraordinários, destinados a atender despesas imprevisíveis e urgentes, a despeito de prescindirem de autorização legal, dependem, à semelhança dos créditos suplementares e especiais, de indicação dos recursos correspondentes.

No que se refere à programação e à execução orçamentária e financeira, julgue os itens a seguir.

101. Na esfera federal, a descentralização externa de crédito orçamentário para a execução de programa de governo entre órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, envolvendo projeto, é formalizada por meio de Termo de Execução Descentralizada, dispensando-se, nessa hipótese, a celebração de convênio ou instrumento congênere.

102. É sempre vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.

Acerca da receita pública, julgue os itens subsequentes.

103. Consoante o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os estágios da receita orçamentária compreendem a previsão, o lançamento, a arrecadação e o recolhimento, correspondendo a arrecadação à transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

104. A dívida ativa compreende os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, regularmente inscritos após esgotado o prazo fixado para pagamento, gozando a respectiva certidão de inscrição de presunção absoluta de certeza e liquidez, a qual não pode ser ilidida por prova em contrário.

Com relação à despesa pública, julgue os itens que se seguem.

105. Nos moldes da Lei nº 4.320/64, a despesa orçamentária classifica-se em despesas correntes e despesas de capital, subdividindo-se as despesas correntes em despesas de custeio e transferências correntes, e as despesas de capital em investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

106. A dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria, caracterizando-se por obrigações cuja exigibilidade independe de autorização orçamentária específica.

Acerca da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e de suas alterações, julgue os itens subsequentes.

107. Eventual alteração da alíquota dos impostos de importação e de exportação Pelo Poder Executivo prescinde de demonstração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e de atendimento ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

108. Sobre os limites de despesa com pessoal, a LRF estabelece um limite prudencial e um limite de alerta como mecanismos preventivos ao descumprimento do limite máximo fixado para cada Poder e órgão, sendo o limite de alerta correspondente a 95% do limite máximo, e o limite prudencial correspondente a 90% do limite máximo, cabendo ao Tribunal de Contas alertar os Poderes ou órgãos quando constatado esse último nível de despesa.

109. O Poder Executivo de cada ente da Federação verificará, ao final de cada quadrimestre, o cumprimento dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, e, caso constatado excesso, o ente disporá de até três quadrimestres subsequentes para reconduzir a dívida aos limites, devendo reduzir o excedente em pelo menos um terço já no primeiro quadrimestre.

Com relação à Lei nº 4.320/1964 e a suas alterações, julgue o item subsequente.

110. A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções

cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.

Acerca das transferências voluntárias, julgue o item que se segue.

111. Não se considera transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação decorrente de determinação constitucional ou legal, ou destinada ao Sistema Único de Saúde, sendo vedada a realização de transferência voluntária para entes que não comprovem a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os impostos de sua competência.

Com relação ao Decreto Distrital nº 32.598/2010, que aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, julgue o item subsequente.

112. As dotações orçamentárias consignadas para atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais não poderão ser indicadas como compensação de despesas de outra natureza, salvo se a indicação ocorrer nos dois últimos quadrimestres do exercício financeiro, independentemente de projeto de lei encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, bastando ato do próprio ordenador de despesa.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Stefan Fantini

Com base nas funções administrativas, julgue os itens a seguir.

113. A atribuição de responsabilidades e autoridade, bem como a alocação de recursos, são tarefas relacionadas à função direção.

114. As funções planejamento e organização possuem foco em recursos e ideias, respectivamente.

Com relação às teorias da administração, julgue o item a seguir.

115. Autoridade e responsabilidade, divisão do trabalho, disciplina e unidade de comando e de direção consistem em princípios típicos da Teoria Clássica, de Fayol.

Com relação ao planejamento e ferramentas estratégicas, julgue os itens a seguir.

116. O denominado planejamento estratégico é aquele que ocorre no nível institucional, envolvendo a organização como um todo e considerando as dimensões internas e externas à organização, como a análise da situação organizacional e a análise ambiental.

117. Texto: Os fragmentos a seguir foram extraídos do planejamento estratégico 2024-2027 do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

"Promover a melhoria da administração pública, por meio do controle externo, em benefício da sociedade."

"Ser reconhecido por sua atuação tempestiva e efetiva no exercício do controle externo e na promoção de uma administração pública de qualidade."

Assertiva: Esses fragmentos representam, respectivamente, a missão e a visão do TCDF.

118. A análise SWOT tem por objetivo mapear as oportunidades e ameaças, que estão relacionadas à dimensão interna da organização, bem como as forças e fraquezas, que estão relacionadas à dimensão externa da organização.

119. Situação Hipotética: O Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao realizar uma auditoria em determinada entidade jurisdicionada, recomendou que a entidade adotasse medidas para elevar a eficiência de seus processos, mensurar a percepção da qualidade dos serviços públicos prestados aos usuários, aprimorar seu controle financeiro e avaliar o nível de capacitação de seus servidores.

Assertiva: Uma ferramenta gerencial adequada para atender a essas quatro recomendações apresentadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal à entidade jurisdicionada é o balanced scorecard.

120. No contexto da Matriz GUT, o aspecto urgência representa o potencial de resolução de um problema ao longo do tempo, atribuindo-se menor pontuação conforme seja grande a probabilidade de solucionar o problema.

Com base na organização e estrutura organizacional, julgue os itens a seguir.

121. As estruturas organizacionais verticalizadas têm como característica a existência de vários níveis hierárquicos na organização.

122. Pode-se dizer que uma organização que está subdividida em departamentos de marketing, finanças, recursos humanos e produção está adotando o critério de departamentalização por processos.

Com base na Liderança, Motivação e Comunicação, julgue os itens a seguir.

123. O gestor que centraliza a tomada de decisões, definindo as tarefas e decidindo quem serão os funcionários que as executarão exerce o estilo de liderança chamado liderança autocrática.

124. Conforme a Teoria de Frederick Herzberg, existem dois fatores que explicam o comportamento das pessoas: os fatores higiênicos e os fatores motivacionais. Para Herzberg, os reajustes salariais são importantes fatores motivacionais.

125. Situação hipotética: Mário Bros, gerente de marketing da organização SF123, enviou uma mensagem pelo e-mail institucional da organização, com o objetivo de informar aos seus subordinados a data e o horário de uma reunião em que serão discutidas as novas metas da equipe.

Assertiva: O tipo de comunicação descrito pode ser caracterizado como formal e descendente.

Com base na Gestão por Processos, julgue os itens a seguir.

126. No Ciclo PDCA a etapa C (Check) consiste em atuar corretivamente, com o objetivo de evitar que eventuais problemas ocorram novamente.

Com base em Gestão por Competências, julgue o item a seguir.

127. O mapeamento de competências tem como objetivo identificar as lacunas (ou gaps) que existem entre as competências necessárias ao alcance dos objetivos organizacionais e aquelas que estão disponíveis na organização.

Acerca dos modelos teóricos de administração pública, julgue o item a seguir.

128. Dentre os princípios do modelo burocrático podem-se citar a meritocracia, a padronização, a hierarquia funcional e a pessoalidade.

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Bet

129. Nos termos da Lei Complementar nº 840/2011 do Distrito Federal, constituem formas de provimento de cargo público a nomeação, a reversão, o aproveitamento, a reintegração e a recondução, sendo expressamente vedado à Administração Pública editar atos de nomeação, posse ou exercício com efeito retroativo.

130. Durante o estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor público distrital deve ser realizada trimestralmente pela chefia imediata até o vigésimo quarto mês do período probatório, atribuindo-se pontuação por notas numéricas de zero a dez.

131. A recondução consiste no retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, podendo decorrer da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo. Caso o cargo de origem se encontre provido, o servidor reconduzido deverá ser imediatamente posto em disponibilidade remunerada com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

132. Para fins de acumulação de cargos públicos, presume-se como de natureza técnica ou científica qualquer cargo público para o qual a legislação exija educação superior ou educação profissional prestada nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

133. O servidor público distrital que desempenhar suas atividades em locais insalubres e, simultaneamente, sob condições de periculosidade poderá acumular a percepção de ambos os adicionais, desde que comprovada a exposição concomitante por meio de laudo pericial.

134. O servidor público distrital que opera direta e permanentemente com raios X ou substâncias radioativas deve gozar de vinte dias consecutivos de férias por semestre de atividade profissional, sendo-lhe expressamente vedada a acumulação de períodos e a conversão em abono pecuniário.

GESTÃO DE CONTRATOS

Fabiano Pereira

135. Acerca da repactuação prevista na Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

A repactuação pode ser utilizada para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de qualquer contrato de serviços contínuos, ainda que não exista dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra

136. Acerca da repactuação dos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano, contado da apresentação da proposta ou da última repactuação, sendo vedada sua realização em momentos distintos para contemplar variações de custos cuja anualidade ocorra em datas diferentes

137. Acerca das cláusulas necessárias aos contratos administrativos disciplinados pela Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

Entre as cláusulas necessárias de todo contrato administrativo encontram-se as que estabeleçam o regime de execução ou a forma de fornecimento, bem como o preço, as condições de pagamento e os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços

138. Acerca do foro aplicável aos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

A Secretaria Alfa celebrou contrato com uma empresa domiciliada no exterior para prestação de serviços no Brasil. A contratação não envolveu financiamento de organismo internacional, compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior nem unidade administrativa sediada no exterior. Ainda assim, o contrato estabeleceu que eventuais questões contratuais seriam resolvidas no foro do país em que a empresa está domiciliada.

Nessa situação, a cláusula é compatível com a Lei nº 14.133/2021, pois o simples fato de a contratada estar domiciliada no exterior autoriza a escolha de foro estrangeiro

139. Acerca da execução dos contratos administrativos e da paralisação de obras, à luz da Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

Em caso de ordem de paralisação de obra por período superior a um mês, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo a Administração divulgar aviso público da obra paralisada em sítio eletrônico oficial e em placa afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos

140. Acerca da fiscalização da execução dos contratos administrativos prevista na Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

Durante a execução de determinado contrato, a Administração designou Carlos como fiscal. Posteriormente, contratou uma empresa especializada e transferiu integralmente a ela a atividade de fiscalização, dispensando Carlos do acompanhamento do contrato.

Nessa situação, a providência é compatível com a Lei nº 14.133/2021, pois terceiros contratados podem substituir os fiscais formalmente designados pela Administração

141. Acerca da subcontratação na execução de contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

A empresa Ômega, contratada por determinado órgão público, pretende subcontratar a empresa Beta. Rafael, um dos dirigentes da Beta, é irmão do agente público responsável pela gestão do contrato.

Nessa situação, a subcontratação poderá ocorrer desde que não exista vínculo econômico ou financeiro entre Rafael e o agente público e que a empresa Beta possua capacidade técnica para executar o serviço

142. Acerca das obrigações e responsabilidades do contratado durante a execução contratual, conforme a Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

A empresa Construtora Horizonte foi contratada pela Administração e manteve no local da obra um preposto por ela aceito. Durante a execução, foram encontrados defeitos decorrentes dos materiais empregados, além de danos causados diretamente a terceiros.

Nessa situação, a empresa deverá corrigir ou substituir, às suas expensas, o objeto defeituoso e continuará responsável pelos danos provocados, ainda que a obra tenha sido acompanhada e fiscalizada pela Administração

143. Acerca das infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

Ensejar, sem motivo justificado, o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação e apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame constituem infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021

144. Acerca das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

A Lei nº 14.133/2021 prevê como sanções administrativas a multa, o impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, não admitindo a aplicação de advertência

145. Acerca dos critérios considerados na aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

Na aplicação das sanções administrativas, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade não pode ser considerado pela Administração, pois devem ser avaliadas exclusivamente a gravidade da infração e as circunstâncias agravantes ou atenuantes

146. Acerca do processo de responsabilização previsto na Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

Após identificar possível infração praticada pela empresa Solaris, a Administração instaurou processo de responsabilização destinado à aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar. A comissão foi formada por dois servidores estáveis, mas concedeu à empresa prazo de dez dias úteis, contado da intimação, para apresentação de defesa escrita e especificação das provas que pretendesse produzir.

Nessa situação, o prazo concedido está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021

147. Acerca da aplicação da sanção de multa prevista na Lei nº 14.133/2021, julgue o próximo item.

A empresa Delta foi contratada diretamente pela Administração Pública, pelo valor de R\$ 500 mil, para fornecer equipamentos necessários ao funcionamento de determinado órgão público. Apesar de regularmente contratada e notificada para iniciar o fornecimento, a empresa, sem apresentar justificativa, deixou de entregar integralmente os equipamentos, dando causa à inexecução total do contrato.

Em razão da infração administrativa praticada, a Administração aplicou à empresa multa correspondente a 35% do valor do contrato, percentual que estava expressamente previsto no instrumento contratual.

Nessa situação, a penalidade aplicada é admissível, pois o percentual da multa estava previamente estabelecido no contrato

148. Acerca da gestão da execução contratual prevista na Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, julgue o próximo item.

A gestão da execução do contrato limita-se à coordenação da fiscalização técnica, não abrangendo a fiscalização administrativa, a fiscalização setorial, a fiscalização pelo público usuário nem os atos relacionados à prorrogação, alteração e reequilíbrio do contrato

149. Acerca do acompanhamento e da fiscalização da execução dos contratos disciplinados pela Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, julgue o próximo item.

Quando for o caso, os instrumentos de controle utilizados no acompanhamento e na fiscalização da execução contratual deverão compreender, entre outros aspectos, a verificação dos resultados alcançados, dos recursos humanos empregados, da

qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados e da satisfação do público usuário

150. Acerca da equipe de apoio prevista no Decreto Distrital nº 44.330/2023, julgue o próximo item.

A equipe de apoio destinada a auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação deve ser composta exclusivamente por agentes pertencentes aos quadros da Administração Pública, sendo vedada a participação de terceiros contratados

Questão Discursiva

A Constituição Federal, no art. 166, depois das Emendas Constitucionais nº 86/2015, 100/2019 e 126/2022, submeteu parte das emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual a regime de execução obrigatória, com limites e exceções próprios. A Lei Complementar nº 210/2024 dispõe sobre a proposição e a execução dessas emendas.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Confronte o regime constitucional das emendas individuais com o das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal, quanto ao limite de aprovação, à destinação dos recursos e à garantia de execução;
- b) Indique as hipóteses constitucionais que afastam ou reduzem a obrigatoriedade de execução dessas programações e explique o que a Constituição considera execução equitativa.

Resposta em até 20 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Peça Técnica

Considere que, em auditoria de conformidade realizada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em maio de 2026, o TCDF tenha apurado os fatos apresentados a seguir, que constam do Processo nº 15/2026:

- a) em 20/3/2025, ocorreu o desabamento parcial da cobertura de três unidades escolares da rede pública distrital e, em 12/5/2025, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, a Secretaria contratou diretamente empresa de engenharia para a recuperação das coberturas, firmando o Contrato nº 18/2025;
- b) o processo de contratação direta foi instruído apenas com a autorização da autoridade competente e com o contrato, não constando dos autos o documento de formalização da demanda, a estimativa de despesa, o parecer jurídico, a razão da escolha da contratada nem a justificativa de preço;
- c) nem o ato que autorizou a contratação direta nem o extrato do contrato foram divulgados ou mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial;
- d) em 6/4/2026, mediante termo aditivo, a Secretaria prorrogou a vigência do Contrato nº 18/2025 por mais doze meses, mantida a mesma contratada;
- e) em 30/6/2025, a Secretaria pagou R\$ 1.360.000,00 à contratada, antes da execução de qualquer parcela dos serviços, sem justificativa nos autos e sem previsão dessa antecipação no instrumento contratual;
- f) as despesas foram atestadas e liquidadas sem a lavratura dos termos de recebimento provisório e definitivo do objeto.

Com base na situação hipotética apresentada acima, na condição de servidor lotado na Secretaria de Auditoria – SEAUD –, redija, nos termos da 2ª Edição do Manual de Redação Oficial do TCDF, a Informação destinada a instruir os autos a respeito dos fatos apurados. Ao elaborar o documento, considere, necessariamente, a estrutura a seguir:

- a) apresentação e estrutura de uma Informação do TCDF;
- b) justificção: análise da contratação direta emergencial, da instrução do processo e da prorrogação do contrato;
- c) justificção: análise do pagamento antecipado, da ordem cronológica de pagamento e do recebimento do objeto;
- d) conclusão da Informação.

Resposta em até 50 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
